

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**LEANDRO MATIAS CRESCÊNCIO**

**ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DE UMA INSTITUIÇÃO DO  
TERCEIRO SETOR**

**CRICIÚMA**

**2019**

**LEANDRO MATIAS CRESCÊNCIO**

**ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DE UMA INSTITUIÇÃO DO  
TERCEIRO SETOR**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel, no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Me. Ricardo Pieri

**CRICIÚMA**

**2019**

**LEANDRO MATIAS CRESCÊNCIO**

**ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DE UMA INSTITUIÇÃO DO  
TERCEIRO SETOR**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Gerencial.

Criciúma, 05 de Dezembro de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Ricardo Piere - Mestre - UNESC - Orientador

Prof. Sérgio Mendonça da Silva - Especialista - UNESC - Examinador

Prof<sup>a</sup>. Ana Paula Silva dos Santos - Mestre - UNESC - Examinadora

**Dedico este trabalho à minha família, meus amigos e minha namorada que sempre me apoiaram e me incentivaram.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me fornecido saúde e disposição durante toda essa jornada.

Aos meus pais Ronivaldo e Maria Goretti, pela oportunidade e todo o apoio necessário para estar hoje aqui presente.

A minha namorada Zenai, que sempre esteve ao meu lado me incentivando mesmo em meio às dificuldades.

A todos os professores que transmitiram seus conhecimentos. Em especial ao meu orientador Ricardo Pieri, pela paciência e tempo empregados para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus amigos que ao longo desses anos estiveram presentes me ajudando sempre que necessário.

E por fim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte dessa trajetória, o meu muito obrigado.

**“O único homem que está isento de erros,  
é aquele que não arrisca acertar.”**

**Albert Einsten**



## ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DE UMA INSTITUIÇÃO DO TERCEIRO SETOR

Leandro Matias Crescêncio<sup>1</sup>

Ricardo Pieri<sup>2</sup>

**RESUMO:** A análise das demonstrações contábeis se faz de grande importância para os gestores de uma organização pelo fato de facilitar a tomada de decisões e aumentar as chances da mesma ser correta. O presente artigo tem como objetivo analisar por meio das demonstrações contábeis a situação econômica e financeira de uma instituição do terceiro setor localizada no sul de Santa Catarina. A pesquisa se caracteriza como descritiva com abordagem quantitativa por meio de um estudo de caso e análise documental das demonstrações contábeis. A instituição objeto de estudo foi o Bairro da Juventude, o período analisado compreende os anos de 2015 a 2018. Por meio dos resultados obtidos foi possível concluir que a instituição apresenta uma situação econômica e financeira estável e satisfatória de um modo geral. No entanto, merece atenção em alguns aspectos como o alto grau de utilização de seu capital próprio em ativos de baixa liquidez (imobilizado) e conseqüentemente a descapitalização de recursos de curto prazo.

**PALAVRAS – CHAVE:** Análise Econômico-Financeira. Indicadores Contábeis. Análise das Demonstrações Contábeis. Terceiro Setor.

**AREA TEMÁTICA:** Contabilidade Gerencial.

### 1 INTRODUÇÃO

A análise das demonstrações contábeis tem como objetivo, extrair informações úteis à tomada de decisões (MATARAZZO, 2010). Sendo assim, as informações obtidas por meio da análise das demonstrações contábeis possuem grande importância, pois possibilitam obter conclusões sobre a atratividade de investimento, o grau de liquidez, a rentabilidade das atividades operacionais, e assim por diante (ASSAF NETO, 2015).

Corroborando com Matarazzo, Assaf Neto (2015) afirma que por meio da análise das demonstrações contábeis é possível extrair informações sobre o desempenho econômico-financeiro da empresa, úteis a investidores, credores, concorrentes, empregados, governo etc. Portanto, pode-se dizer que a contabilidade é a linguagem dos negócios, pois é por meio dela que são geradas as informações que auxiliarão os gestores nas tomadas de decisões. Se aplicada da maneira correta, ela pode se tornar o diferencial necessário para se sobressair em meio à competitividade do mercado, possibilitando que a empresa se consolide na região.

Entre as principais técnicas utilizadas na análise das demonstrações contábeis estão a análise vertical, a análise horizontal, a análise da liquidez, a análise do endividamento e a análise de rentabilidade (IUDÍCIBUS, 2009).

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

<sup>2</sup> Mestre, UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



Estas técnicas de análise podem ser utilizadas para diversos tipos de empresas, nos mais diversos segmentos. Um segmento que além da importância das atividades desenvolvidas para os atendidos é de grande relevância para a sociedade é o terceiro setor, pois, agrega organizações da iniciativa privada, sem fins lucrativos e que prestam serviços de caráter público, atendendo normalmente as camadas menos assistidas.

No Brasil, o terceiro setor vem crescendo de forma muito significativa desde a década de 70. As organizações que compõem este setor possuem grande importância para o Estado, pois, por meio das suas atividades sociais, buscam melhorar a qualidade de vida da sociedade em que se encontram inseridas, alcançando dessa forma, os locais que o Estado não consegue alcançar (ALBUQUERQUE, 2006).

Como estas organizações normalmente utilizam recursos privados para realizar serviços de caráter público, entender a situação econômico-financeira destas entidades é de grande importância, pois, a própria sociedade busca contribuir para a causa defendida, porém, necessita de segurança e continuidade dos serviços prestados.

Neste contexto encontra-se o Bairro da Juventude dos Padres Rogacionistas, que a mais de 70 anos presta serviços nas áreas social, de educação infantil, básica e profissionalizante, de forma integral e integrada, atendendo em torno de 1.500 crianças em Criciúma. Diante do exposto, têm-se o seguinte problema de pesquisa: Qual é a situação econômica e financeira de uma organização do terceiro setor localizada no sul de Santa Catarina?

O objetivo geral desse estudo consiste em analisar a situação econômica e financeira de uma instituição do terceiro setor localizada no sul de Santa Catarina. Para alcançar o objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos: (i) identificar a estrutura patrimonial da instituição; (ii) calcular os principais indicadores que possam auxiliar no desempenho; e (iii) apresentar a análise das demonstrações contábeis da instituição em questão.

Para que a empresa se consolide no mercado em meio a tantos obstáculos e a competitividade, é necessário que a gestão da mesma tome as decisões mais seguras e corretas para cada situação. Portanto, é fundamental que os gestores tenham consciência da situação econômica e financeira de sua empresa. Segundo Braga (2006), a análise das demonstrações contábeis, possibilita entender os fatores antecedentes e determinantes que levaram a empresa até a situação atual, assim como servir de ponto de partida para delinear o comportamento futuro da empresa.

Dada à importância do tema, o estudo busca aplicar as ferramentas de análise das demonstrações financeiras com o intuito de avaliar a empresa econômica e financeiramente, através dos indicadores.

Dessa forma, o presente estudo contribui para a sociedade acadêmica ampliando o conhecimento do tema por meio da evidenciação teórica e de um caso prático. Além de auxiliar como fonte de pesquisa e ampliação do conhecimento específico.

Como contribuição prática, este estudo se justifica pela oportunidade de esclarecer aos gestores a atual situação financeira da empresa, por meio de análise das demonstrações contábeis da mesma. Possibilitando que sejam feitas as mudanças necessárias e melhorando o desempenho organizacional.





Como contribuição social, a justificativa deste estudo se dá pelo fato de que a continuidade da empresa no mercado contribuirá com o desenvolvimento da região.

O trabalho está dividido em cinco sessões: esta primeira de caráter introdutório, seguida da fundamentação teórica, na qual são apresentados conceitos acerca do processo de análise das demonstrações contábeis, com ênfase na análise econômico-financeira de uma empresa do terceiro setor localizada no sul de Santa Catarina. A terceira seção trata sobre os procedimentos metodológicos inerentes ao estudo, como método, abordagem e técnicas de pesquisa. E por fim, a seção das considerações finais, onde são apresentadas as conclusões, limitações e sugestões para pesquisas seguintes.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Assaf Neto (2015) afirma que a análise das demonstrações contábeis visa demonstrar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a situação econômico-financeira atual, as causas que levaram à tal situação e as tendências futuras. Em outras palavras, é possível extrair informações referente à situação passada, presente e futura (projetada) de uma empresa.

Dessa forma, um analista pode obter, por meio da análise das demonstrações, conclusões sobre a atratividade de investimento de uma determinada empresa, se a liquidez (capacidade de pagamento) é equilibrada ou insolvente, se a rentabilidade das atividades operacionais satisfaz as expectativas dos sócios, e assim por diante (ASSAF NETO, 2015).

Por meio da análise do balanço patrimonial, é possível observar de forma ampla os principais problemas existentes na empresa e a partir disso, elaborar um plano estratégico para saná-los. Dessa forma a tomada de decisões pelos gestores se torna mais fácil e possui mais chances de ser acertada (IUDÍCIBUS, 2008).

Corroborando com Iudícibus, Assaf Neto (2015) afirma que a análise das demonstrações contábeis é uma arte, pois, não há nenhuma metodologia formal de análise para as diferentes situações que forneça sempre diagnósticos precisos das empresas.

Iudícibus (2009) enfatiza dizendo que o modo como os indicadores de análise são utilizados é particular da pessoa que o faz, e que é necessário levar em consideração, além do conhecimento técnico, a experiência e a intuição do analista.

Um ponto muito importante a ser considerado pelo analista é a qualidade das informações (exatidão dos valores registrados, rigor nos lançamentos e princípios contábeis adotados etc.) e o volume de informações, pois suas conclusões e decisões são diretamente ligadas a esses aspectos (ASSAF NETO, 2015).

Para que seja possível a análise das demonstrações contábeis, são necessários insumos, isto é, relatórios contábeis elaborados pelas empresas periodicamente. Segundo Martins, Miranda, Diniz (2014) por meio do balanço patrimonial é possível verificar a situação financeira e patrimonial da organização. Já o Demonstrativo de Resultados tem como finalidade evidenciar de forma esquematizada os resultados obtidos pela organização em determinado período.



Os relatórios contábeis periódicos dividem-se em obrigatórios e não obrigatórios. Os relatórios obrigatórios são aqueles definidos por legislação societária, conhecidos também como demonstrações contábeis. Já os relatórios não obrigatórios, são aqueles geralmente utilizados internamente no setor gerencial e não costumam ser divulgados (ASSAF NETO, 2015).

A Lei n. 6.404/76 que trata das Sociedades por Ações regulamenta as demonstrações contábeis. Esta Lei sofreu alterações com a Lei n. 11.638/07 e a Lei n. 11.941/09, e passou a uniformizar as normas contábeis brasileiras com as normas internacionais de contabilidade. O Quadro 1 aponta as demonstrações contábeis que as Pessoas Jurídicas (PJ) estão obrigadas a elaborar conforme a Lei das Sociedades por Ações.

**Quadro 1: Obrigatoriedade das demonstrações contábeis**

<b>Demonstração contábil</b>	<b>S/A capital aberto</b>	<b>S/A capital fechado</b>	<b>Sociedades de grande e médio porte</b>	<b>Sociedades de pequeno porte</b>
Balanço Patrimonial	Sim	Sim	Sim	Sim
Demonstração de Resultados	Sim	Sim	Sim	Sim
Demonstração de Lucros ou Prejuízos	Não	Sim	Sim	Não
Demonstração do Fluxo de Caixa	Sim	Sim, se PL for superior a 2 mi	Sim	Não
Demonstração do Valor Adicionado	Sim	Não	Não	Não

Fonte: Adaptado Brasil, (2012, p. 1).

Assaf Neto (2015) aponta que as demonstrações contábeis devem ser apuradas ao final de cada exercício social, geralmente 12 meses, com exceção das companhias de capital aberto e das instituições financeiras, que por possuírem suas ações negociadas na bolsa, devem apurar e publicar suas ações a cada semestre.

## 2.3 INDICADORES FINANCEIROS

A seguir serão apresentadas as principais técnicas de análise das demonstrações contábeis que serão utilizadas nesse trabalho.

### 2.3.1 Análise horizontal

A Análise Horizontal (AH) relaciona uma conta de determinada demonstração contábil com essa mesma conta apurada em exercício passado, revelando a evolução da mesma (ASSAF NETO, 2015)

A AH aponta a evolução de itens das demonstrações contábeis através dos exercícios, com o intuito de projetar tendências (IUDÍCIBUS, 2009).

Corroborando com Iudícibus (2009), Matarazzo (2010, p. 172) expõe que “a evolução de cada conta mostra os caminhos trilhados pela empresa e as possíveis tendências”.

**Quadro 2: Fórmula da análise horizontal**

<b>Número-índice = VD / VB x 100</b>
--------------------------------------

Fonte: Assaf Neto (2015, p. 42).



O número-índice representa a relação entre o valor referente a uma conta contábil em determinado período e o seu valor no período-base. O VD representa o valor que se pretende comparar por meio da análise horizontal no período base, e o VB representa esse mesmo valor apurado no exercício em que está sendo feita a comparação (ASSAF NETO, 2015).

O Quadro 3 ilustra o resultado dos anos X1 e X2:

Quadro 3: Exemplo AH

Anos	X1	X2
Lucro líquido	26.000	48.000

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Tomando como base o ano X1, tem-se  $26.000 / 48.000 \times 100 = 54,17$ . Logo, pode-se concluir que o lucro líquido do exercício X2 teve um aumento de 54,17% em relação ao exercício X1 (ASSAF NETO, 2015).

### 2.3.2 Análise vertical

A Análise Vertical (AV) busca apontar a comparação de uma determinada conta das demonstrações contábeis em relação a um total comparável. No balanço patrimonial geralmente é usado como base o total do ativo, e no demonstrativo de resultados a receita líquida de vendas (ASSAF NETO, 2015).

Por meio da análise vertical é possível calcular o percentual de cada conta em relação a um valor-base, permitindo dessa forma, identificar a real importância da conta dentro do conjunto (MATARAZZO, 2010).

Iudícibus (2009, p. 86) afirma que “este tipo de análise é importante para avaliar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo”. Em outras palavras, a análise vertical permite comparar os itens de uma demonstração contábil, de modo a evidenciar as modificações que ocorreram durante um determinado período.

Para melhor ilustrar a forma como a análise vertical é evidenciada, o Quadro 4 apresenta a seguinte situação.

Quadro 4: Exemplo AV (Demonstrativo de resultado)

Demonstrativo de resultado	Ano X1	AV %
<b>Ativo</b>	<b>1.000,00</b>	<b>100</b>
Disponível	450,00	45
Aplicações financeira	550,00	55

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010, p. 171).

O ativo representa o total, ou seja, ele é o valor-base. Dentro do grupo do ativo encontra-se a conta disponível, que representa 45% do total e a conta aplicações financeira, que representa 55%. Portanto, a análise vertical é uma ferramenta importantíssima, pois permite ao analista averiguar quais as contas que influenciam de forma mais significativa no resultado da organização.

No entanto, as análises horizontal e vertical, não devem ser usadas de forma isolada, e sim de forma conjunta, pois dessa forma uma acaba complementando a outra.



### 2.3.3 Análise de liquidez

Por meio da liquidez é possível conhecer a capacidade de pagamento da empresa em relação as suas obrigações. Ou seja, se a empresa possui ou não condições financeira de honrar seus compromissos com terceiros. Esse indicador permite ainda conhecer o equilíbrio financeiro e a necessidade de investimento em capital de giro da empresa em questão (ASSAF NETO, 2015).

Conforme Camloffski (2014), quanto maior a liquidez, mais credibilidade a empresa terá diante dos credores e fornecedores.

A liquidez possui vários índices que podem ser calculados para evidenciar diferentes formas da capacidade de pagamento da empresa, são eles: liquidez imediata, liquidez corrente, liquidez seca e liquidez geral (MATARAZZO, 2010).

#### 2.3.3.1 Liquidez imediata

A Liquidez Imediata (LI) representa o valor disponível que a empresa tem para saldar as dívidas de curto prazo (IUDÍCIBUS, 2009).

O Quadro 5 demonstra a fórmula da liquidez imediata:

Quadro 5: Fórmula LI

$LI = \text{Disponível} / \text{Passivo circulante}$
--

Fonte: Iudícibus (2009, p. 93).

Camloffski (2014), afirma que o objetivo do índice de liquidez imediata é verificar a capacidade de pagamento que a empresa tem referente às suas obrigações de curto prazo, considerando apenas as disponibilidades do ativo circulante, ou seja, caixa e bancos.

Para fins de análise, quanto maior o índice, melhor a situação financeira da empresa. Todavia, é importante ressaltar que as empresas raramente apresentarão índices de liquidez imediata acima de 1, e que a “análise deve ser criteriosa o suficiente para identificar que nem sempre índices inferiores a 1 indicam uma má gestão” (CAMLOFFSKI, 2014, P. 24)

#### 2.3.3.2 Liquidez corrente

A Liquidez Corrente (LC), segundo Matarazzo (2015), indica o quanto existe de ativo circulante para cada R\$ 1,00 de dívida em curto prazo. Para fins de análise, quanto maior o índice, melhor a situação financeira da empresa.

É empregada a seguinte fórmula para o calculo da liquidez corrente:

Quadro 6: Fórmula LC

$LC = \text{Ativo circulante} / \text{Passivo circulante}$
--

Fonte: Matarazzo (2015, p. 188)

Dessa forma têm-se:

Quadro 7: Relação LC x Capital circulante

<b>Se:</b>	<b>Então:</b>
Liquidez corrente > 1	Capital circulante líquido positivo



Liquidez corrente = 1	Capital circulante líquido nulo
Liquidez corrente < 1	Capital circulante líquido negativo

Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2015, p. 188).

Camloffski (2014) expõe que quanto maior o volume de passivo circulante, maior será o nível de endividamento e, portanto, maior o grau de risco do negócio. Porém, Matarazzo (2010) aponta que é necessário levar em consideração alguns itens, como a impossibilidade em vender os estoques e receber as duplicatas instantaneamente, caso exista a necessidade de liquidação das dívidas da empresa.

### 2.3.3.3 Liquidez seca

Assaf Neto (2015) aponta que a Liquidez Seca (LS) utiliza os itens monetários de maior liquidez do ativo circulante para saldar dívidas de curto prazo, desconsiderando os estoques.

Corroborando com Assaf Neto (2015), Iudícibus (2014) expõe que eliminando os estoques, elimina-se uma fonte de incerteza. O estoque demanda tempo para vender e prazo para recebimento, podendo acarretar influências e distorções na análise do índice.

O Quadro 8 evidencia a fórmula da liquidez seca:

#### Quadro 8: Fórmula LS

$$LS = \frac{\text{Ativo circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo circulante}}$$

Fonte: Iudícibus (2014, p. 96).

Por meio dessa fórmula, é possível calcular a liquidez da empresa em curto prazo, evidenciando a capacidade da mesma em converter seu ativo circulante para cada R\$ 1,00 real das obrigações de curto prazo. Concluindo, para fins de análise, quanto maior esse índice, melhor (IUDÍCIBUS, 2014)

### 2.3.3.4 Liquidez geral

Para Matarazzo (2010), a Liquidez Geral (LG) aponta a quantia de ativo circulante e realizável a longo prazo que a organização possui para cada R\$ 1,00 de dívida total.

Complementando, Assaf Neto (2015) aponta que a liquidez geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa em saldar as obrigações de curto e longo prazo, ou seja, a relação entre as obrigações empresariais e o ativo circulante e realizável a longo prazo.

O Quadro 9 evidencia a fórmula da liquidez geral:

#### Quadro 9: Fórmula LG

$$LG = \frac{\text{Ativo circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

Fonte: Iudícibus (2010, p. 96).

Se o índice de liquidez seca é de 1,20, significa dizer que para cada R\$ 1 de dívida, a empresa possui R\$ 1,20 para saná-la. Isto é, possui R\$ 0,20 de folga ou excedente (IUDÍCIBUS, 2010).



Ludícibus (2010), afirma que para fins de análise, quanto maior o índice, melhor a situação financeira da empresa.

### 2.3.4 Análise de endividamento

Esse indicador demonstra a proporção de recursos próprios e de terceiros dentro da empresa, a dependência financeira da mesma em relação a dívidas de curto prazo, a natureza de suas exigibilidades e o risco financeiro que a empresa apresenta. (ASSAF NETO, 2015)

Ludícibus (2009) expõe que os índices de endividamento procuram retratar a posição relativa do capital próprio em relação ao capital de terceiros. O autor enfatiza, dizendo que “são quocientes de muita importância, pois indicam a relação de dependência da empresa com relação a capital de terceiros”.

#### 2.3.4.1 Composição de endividamento

Este índice aponta qual o nível de exigibilidade de curto prazo do endividamento em que a empresa se encontra. Silva (2010) observa que por meio deste indicador é possível mensurar a quantidade de dívidas da empresa com vencimento no curto prazo em relação à dívida total.

Ribeiro (2010, p.135) expõe que “esse quociente revela qual a proporção existente entre as obrigações de curto prazo e as obrigações totais, isto é, quanto a empresa terá de pagar a curto prazo para cada real do total das obrigações existentes.”

O Quadro 10 demonstra a composição do endividamento:

Quadro 10: Composição de endividamento

$\text{Composição do endividamento} = \text{Passivo circulante} / \text{Exigível total} \times 100$
---

Fonte: Ribeiro (2010, p. 135).

Esse índice aponta o quanto a empresa possui de dívidas de curto prazo em relação a dívida total. Para fins de análise, quanto menor o índice, melhor a situação financeira da empresa (SILVA, 2010).

#### 2.3.4.2 Participação do capital de terceiros

O índice de Participação do Capital de Terceiros (PCT), é de grande importância, pois relaciona o capital de terceiros (exigível total) e o capital próprio (patrimônio líquido). Ludícibus (2009, p. 89) enfatiza dizendo que “este quociente é um dos mais utilizados para retratar o posicionamento das empresas com relação ao capital de terceiros”.

Ribeiro (2010) observa que este índice evidencia a proporção entre o capital de terceiros e o capital próprio, isto é, quanto à empresa utiliza de capital de terceiros para cada real de capital próprio.

Segundo Ludícibus (2009), as empresas que apresentam alto índice de Participação do Capital de Terceiros (PCT) por um período relativamente longo de tempo acabam falindo.



Quadro 11: Fórmula PCT

$$\text{PCT} = \text{Exigível total} / \text{Patrimônio líquido} \times 100$$

Fonte: Iudícibus (2009, p. 98).

Para fins de análise: quanto menor for o índice, melhor a situação financeira da empresa (IUDÍCIBUS, 2009).

### 2.3.4.3 Garantia do capital de terceiros

O índice de Garantia do Capital de Terceiros (GCT) é a relação entre o patrimônio líquido e o capital de terceiros, isto é, o quanto de capital próprio a empresa possui como garantia frente ao capital de terceiros. Conforme é demonstrado no Quadro 12 por meio da fórmula (MARTIN, 2012):

Quadro 12: Garantia capital terceiros

$$\text{Capital próprio} / \text{Capital de terceiros}$$

Fonte: Martin (2012, p. 97)

Sendo assim, esse índice aponta o quanto a empresa possui de capital próprio para cada R\$ 1,00 de capital de terceiros. Para fins de análise, quanto maior o índice, melhor.

### 2.3.4.5 Imobilização do patrimônio líquido

O índice de imobilização do patrimônio líquido aponta o quanto do capital próprio se encontra investido em ativos de baixa liquidez. Portanto, pode-se dizer que esse índice consiste nos ativos não circulantes deduzidos dos ativos realizáveis a longo prazo dividido pelo patrimônio líquido (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2010), como demonstrado no Quadro 13:

Quadro 13: Fórmula imobilização PL

$$\text{Imob. do PL} = \text{Ativo não circulante} - \text{Ativo realizável a longo prazo} / \text{PL} \times 100$$

Fonte: Martin, Miranda e Diniz (2010, p. 141).

Martins, Miranda e Diniz (2010, p. 141), afirmam que “o ideal é que a empresa financie o ativo circulante com recursos próprios para diminuir a dependência de terceiros”. Isto é, a empresa deve evitar empregar seus recursos próprios em ativos de baixa liquidez, como imobilizado, investimentos e intangíveis. Sendo assim, para fins de análise: quanto maior o índice, pior a situação da empresa.

### 2.3.5 Análise da rentabilidade

A análise de rentabilidade é uma avaliação econômica do desempenho da empresa. Por meio desse indicador é possível dimensionar o retorno sobre os investimentos realizados e a lucratividade apresentada pelas vendas (ASSAF NETO, 2015).



Dessa forma, a análise de rentabilidade é composta pelos seguintes índices de rentabilidade: margem bruta, margem operacional, margem líquida, rentabilidade do ativo e rentabilidade do patrimônio líquido (CAMLOFFSK, 2014).

Segundo Camloffsk (2014, p. 36), “a apuração das três margens de lucro é importante para o gestor ter um maior controle financeiro, visto que permite a identificação dos principais custos e despesas existentes”.

#### 2.3.5.1 Margem bruta

Camloffsk (2014) expõe que a Margem Bruta (MB) permite apurar a proporção do lucro em relação às vendas, quanto maior o índice, melhor a rentabilidade da empresa.

Este índice permite comparar o lucro com a receita de vendas líquida, isto é, após o reconhecimento dos impostos e custos da operação, conforme a fórmula do cálculo da margem bruta demonstrada no Quadro 14 (ASSAF NETO, 2015):

Quadro 14: Fórmula MB

$MB = \text{Lucro bruto} / \text{Receita de vendas}$
--

Fonte: Camloffsk (2014, p. 34).

Segundo Camloffsk (2014), para fins de análise: quanto maior for o indicador, melhor a situação econômica da empresa.

#### 2.3.5.2 Margem operacional

A interpretação deste índice é semelhante ao índice margem bruta, com a diferença de que a referência é o resultado operacional líquido (CAMLOFFSK, 2014).

Corroborando com Camloffsk (2014), Perez Júnior e Begalli (2009, p. 264) afirmam que a margem operacional é “semelhante à margem bruta, mas indica o percentual de lucratividade sobre as vendas líquidas, após a apropriação das despesas operacionais”.

O Quadro 15 demonstra a fórmula do índice de margem operacional:

Quadro 15: Fórmula índice de margem operacional

$MO = \text{Lucro operacional} / \text{Vendas líquidas}$
--

Fonte: Iudícibus (2009, p. 106).

Para fins de análise: quanto maior for o indicador, melhor a situação econômica da empresa (IUDÍCIBUS, 2009).

#### 2.3.5.3 Margem líquida

A Margem Líquida (ML) permite apurar o percentual do lucro disponível aos proprietários da empresa em relação ao faturamento total (CAMLOFFSK, 2014).

Complementando, Ribeiro (2010, p.147) expõe que o índice revela a margem de lucratividade da empresa em função do seu faturamento. No Quadro 16 será demonstrada a fórmula do índice de margem líquida:





Quadro 16: Fórmula ML

$$ML = \text{Lucro líquido (DIR)} / \text{Vendas líquidas}$$

Fonte: Iudícibus (2009, p. 106).

Para fins de análise: quanto maior for o indicador, melhor a situação econômica da empresa (IUDÍCIBUS, 2009).

#### 2.3.5.4 Rentabilidade do ativo

Para Ribeiro (2010), este índice demonstra o potencial que a organização possui para gerar de lucros, isto é, quanto a empresa obteve de lucro líquido para cada real de investimentos totais.

Dessa forma, o índice de Rentabilidade do Ativo (RA) permite comparar o lucro líquido e o ativo total, revelando o quanto à empresa gera de retorno para cada R\$ 1,00 investido no ativo total (RIBEIRO, 2010)

O Quadro a seguir evidencia a fórmula do RA:

Quadro 17: Fórmula RA

$$RA = \text{Lucro líquido} / \text{Ativo total} \times 100$$

Fonte: Ribeiro (2010, p. 148).

Para fins de análise: quanto maior for o índice, melhor a situação econômica da empresa (RIBEIRO, 2010).

#### 2.3.5.5 Rentabilidade do patrimônio líquido

O indicador de Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL) possibilita ao analista, comparar o lucro líquido com o patrimônio líquido. Esse índice indica o quanto a empresa gera de retorno para cada R\$ 1,00 de capital próprio investido (RIBEIRO, 2010)

Perondi (2007, p. 44) expõe que “esse quociente revela qual foi à taxa de rentabilidade obtida pelo capital próprio investido na empresa, isto é, quanto à empresa ganhou de lucro líquido para cada real de capital próprio investido”.

O Quadro 18 demonstra a fórmula do RPL:

Quadro 18: Fórmula RPL

$$RPL = \text{Lucro líquido} / \text{Patrimônio líquido} \times 100$$

Fonte: Ribeiro (2010, p. 149)

Para fins de análise tem-se: quanto maior for o índice, melhor a situação econômica da empresa (RIBEIRO, 2010).

#### 2.3.6 Índices de eficiência

Por meio dos índices de eficiência, é possível conhecer os prazos que a empresa leva, em média, para renovar seus estoques, receber suas vendas e pagar suas contas (IUDÍCIBUS, 2009)

O autor enfatiza dizendo que “estes quocientes são importantíssimos, pois representam a velocidade com que elementos patrimoniais de relevo se



renovam durante determinado período de tempo”, relacionando-se com a posição de liquidez e rentabilidade da companhia (IUDÍCIBUS, 2009, p. 100).

Marion (2012) destaca que o ideal para a empresa seria que a soma do Prazo Médio de Recebimento das Vendas (PMRV) e do Prazo Médio de Renovação de Estoques (PMRE) se equiparasse ou fosse menor que o Prazo Médio de Pagamento das Compras (PMPC).

O autor ainda complementa dizendo que é fundamental que os gestores busquem alcançar essa meta, por mais difícil que seja, pois dessa forma “a empresa poderia vender e receber a mercadoria adquirida para depois, liquidá-la junto ao seu fornecedor” (MARION, 2012, p. 112).

#### 2.3.6.1 Prazo médio de renovação de estoques

Iudícibus (2009) afirma que esse quociente busca representar quantas vezes o estoque se renovou em face das vendas. Isto é, a quantidade de dias que a empresa leva para vender seu estoque, em média.

Para fins de análise: quanto mais rápido o estoque ser renovado, melhor para a empresa (MARION, 2012). A fórmula está demonstrada no Quadro 19:

Quadro 19: Fórmula PMRE

$$\text{PMRE} = 360 \text{ dias} \times \text{Estoques} / \text{Custo das vendas}$$

Fonte: Marion (2012, p. 115)

#### 2.3.6.2 Prazo médio de recebimento das vendas

Marion (2010) afirma que esse índice indica o prazo médio, em dias, que a empresa leva para receber suas vendas. A fórmula está demonstrada no Quadro 20:

Quadro 20: Fórmula PMRV

$$\text{PMRV} = 360 \text{ dias} \times \text{Duplicatas a receber} / \text{Vendas brutas}$$

Fonte: Marion (2012, p. 115)

Para calcular esse índice, é necessário utilizar o valor da receita bruta (deduzida as devoluções) por um lado, e o total de duplicatas a receber por outro. Para fins de análise, quanto mais rápido for o recebimento das vendas, melhor (MARION, 2012).

#### 2.3.6.3 Prazo médio do pagamento das compras

Índice responsável por demonstrar quantos dias a empresa demora para pagar suas compras, em média (MARION, 2012).

Quadro 21: Fórmula PMPC

$$\text{PMPC} = 360 \text{ dias} \times \text{Fornecedores} / \text{Compras}$$

Fonte: Marion (2012, p. 115)

Marion (2012) destaca que ao se calcular esse índice, um problema muito comum que surge com frequência é encontrar o valor de compras, visto que na



Demonstração de Resultado não o encontramos em destaque, apenas o valor dos custos da mercadoria vendida.

Mario (2012, p. 114) enfatiza dizendo que “muitos analistas, por meio de diversos critérios, procuram estimar o valor de compras para esses casos. O ideal, sem dúvida, seria conseguir esse dado na empresa.”

Para fins de análise, quanto mais lento for o pagamento das compras, desde que isso não resulte em atrasos, melhor.

### 2.3.7 Necessidade de capital de giro

Antes de conhecer o conceito de necessidade de capital de giro, é importante compreender alguns pontos.

Martins, Miranda e Diniz (2014), apontam que o ativo circulante é composto por duas partes: uma parte está relacionada com as atividades básicas da empresa, isto é, ao giro do próprio negócio (operacional) e outra relativa a itens onerosos, que não estão diretamente ligados à atividade operacional da empresa (chamados itens financeiros).

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2014), a Necessidade de Capital de Giro (NCG), se dá por meio da diferença entre o ativo operacional e o passivo operacional. Isto é, a NCG representa a parte do ativo operacional que não é financiada pelo passivo operacional.

Corroborando com Martins, Miranda e Diniz, Blatt (2001, p.102) afirma que a Necessidade de Capital de Giro “é a diferença entre os financiamentos dados e recebidos, espontâneos ou naturais e operacionais, incidentes nas contas de curto prazo da empresa e que envolvam seu objeto social”. Conforme a fórmula a seguir:

Quadro 22: Fórmula PMPC

$NCG = \text{Ativo circulante (operacional)} - \text{Passivo circulante (operacional)}$
---

Fonte: Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 154)

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção será apresentada a forma como foi abordado os procedimentos da pesquisa. Portanto, serão apontadas as formas de pesquisa, as técnicas e procedimentos adotados, entre outras informações.

### 3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Para se alcançar os objetivos desta pesquisa é necessário adotar uma metodologia de pesquisa, que delimitará o estudo. Essa pesquisa se enquadra nos seguintes procedimentos metodológicos: descritiva, quantitativa, estudo de caso e documental.

Em relação aos objetivos, adota-se a pesquisa descritiva. Segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva busca descrever as características de um fenômeno ou de determinada população, ou ainda, estabelecer relações entre variáveis. Santos (2000) por sua vez, afirma que a pesquisa descritiva se dá geralmente por levantamentos e observações sistemáticas do fenômeno estudado.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa será quantitativa, pois trará dados numéricos das demonstrações contábeis da organização. De acordo com



Alves (2007, p. 58), a pesquisa quantitativa “busca estabelecer relação causa e efeito entre as variáveis de tal modo que a pergunta “em que medida?”, seja respondida com razoável rigor”. Para Oliveira (1999) a abordagem quantitativa tem por finalidade quantificar dados sobre uma opinião, um dado, informações coletadas por meio do instrumento de pesquisa.

Quanto ao procedimento, a presente pesquisa busca analisar e interpretar as demonstrações contábeis, a fim de verificar a situação econômico-financeira da organização em questão. Portanto, o procedimento adotado é o estudo de caso. De acordo com Gil (2002, p. 54), “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento”.

Quanto à pesquisa, o presente trabalho adota a documental, Silva e Grigolo (2002 apud BEZ, 2016, p. 41), falam que a pesquisa documental “visa selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor”. Segundo, Santos (2000) a pesquisa documental se dá por tabelas estatísticas, pareceres, relatórios, projetos de lei, documentos informativos arquivados em repartições públicas entre outros.

### 3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A organização objeto de estudo desse artigo é o Bairro da Juventude dos Padres Rogacionistas, localizado na cidade de Criciúma/SC. Trata-se de uma entidade da sociedade civil do terceiro setor, que teve início em 1949 por iniciativa do Rotary Club. Inicialmente chamava-se Sociedade Criciumense de Apoio aos Necessitados - SCAN. Depois de alguns anos sendo administrado pelos Padres Rogacionistas, o Bairro da Juventude foi entregue, em 1975, às mãos da sociedade. O Bairro da Juventude atende aproximadamente 1,5 mil crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, em período integral, de 82 bairros do município de Criciúma, oferecendo transporte gratuito, quatro refeições diárias, ambulatório com médico pediatra, atendente de ambulatório e dentista, atendimento psicossocial, espaço cultural e atividades de esporte, lazer e cultura.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social, a modalidade de atendimento desenvolvida pelo Bairro da Juventude é a de proteção social básica, caracterizada por serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, além de profissionalização e encaminhamento ao mercado de trabalho.

Na análise da situação econômico-financeira, foram utilizadas as demonstrações contábeis dos anos de 2015 a 2018. Para tal, foram calculados os indicadores financeiros, econômicos e os indicadores de eficiência, citados anteriormente. As informações utilizadas foram obtidas por meio das demonstrações contábeis da instituição (Balanços Patrimoniais, Demonstração de Resultado) dos períodos de 2015 a 2018. A partir desses documentos, foram aplicadas as técnicas de análise econômica e financeira, com o intuito de verificar a situação em que a instituição se encontra.

Com relação à Análise Vertical (AV), o presente estudo apresenta a média dos resultados encontrados nos quatro anos pesquisados. Já na Análise Horizontal (AH), optou-se por trazer somente a evolução do ano de 2017 para 2018, os quais melhor retratam a atualidade da empresa.

#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados alcançados de acordo com os seguintes objetivos específicos: (i) identificar a estrutura patrimonial da instituição; (ii) calcular os principais indicadores que possam auxiliar no desempenho; e (iii) apresentar a análise das demonstrações contábeis da instituição em questão.

##### 4.1 ESTRUTURA PATRIMONIAL

Por meio da Análise Horizontal (AH) é possível identificar a evolução de diversos elementos patrimoniais em um período de tempo. Já a Análise Vertical (AV) possibilita evidenciar o valor percentual de cada elemento patrimonial e de seu resultado.

Para a pesquisa em questão, a AV evidencia a média dos resultados encontrados nos quatro anos pesquisados. Já a AH, evidencia somente a evolução do ano de 2017 para 2018. No Quadro 23 é evidenciado a AV e AH da DR.

Quadro 23: DR

<i>Descrição</i>	<i>2015</i>	<i>2016</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>	<i>AV% média</i>	<i>AH%</i>
<b>RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS</b>	<b>6.667.297</b>	<b>7.976.251</b>	<b>6.872.148</b>	<b>7.252.807</b>	<b>100%</b>	<b>6%</b>
<b>RECEITA DE ATIVIDADES NA ÁREA DE EDUCAÇÃO</b>	<b>297.810</b>	<b>326.519</b>	<b>343.879</b>	<b>362.671</b>	<b>5%</b>	<b>4%</b>
Doações de entidades privadas	297.810	326.519	343.879	362.671	5%	4%
<b>RECEITA DE ATIVIDADE NA ÁREA DE ASSIST. SO</b>	<b>6.369.487</b>	<b>7.649.732</b>	<b>6.522.269</b>	<b>6.890.135</b>	<b>95%</b>	<b>6%</b>
Convênio com entidades públicas	14.096	24.194	117.341	213.381	1%	82%
Convênio com autarquias	646.274	434.034	380.422	263.254	6%	-31%
Doações particulares e campanhas	2.824.747	4.312.362	2.217.103	2.424.738	41%	9%
Doações c/ entidade de economia mista	855.865	767.534	1.003.522	929.459	12%	-7%
Selo de qualidade	519.517	575.613	616.796	635.606	8%	3%
Festas e promoções	89.450	101.494	82.724	144.503	1%	75%
Bens e sucatas	117.665	125.862	96.888	59.751	1%	-38%
Projetos	1.255.638	1.268.410	1.959.846	2.143.667	23%	10%
Outras receitas	46.235	40.228	47.628	69.178	1%	45%
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>6.667.297</b>	<b>7.976.251</b>	<b>6.872.148</b>	<b>7.252.807</b>	<b>100%</b>	<b>6%</b>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS</b>	<b>5.406.515</b>	<b>5.293.651</b>	<b>5.813.998</b>	<b>5.252.697</b>	<b>76%</b>	<b>-10%</b>
Custos aplicados na área de educação	404.242	431.955	506.921	386.631	6%	-24%
Custos aplicados na área social	5.002.273	4.861.696	5.307.077	4.866.067	70%	-8%
<b>SUPERÁVIT BRUTO</b>	<b>1.260.782</b>	<b>2.682.600</b>	<b>1.058.150</b>	<b>2.000.109</b>	<b>24%</b>	<b>89%</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>1.617.164</b>	<b>1.638.979</b>	<b>2.248.267</b>	<b>1.780.506</b>	<b>26%</b>	<b>-21%</b>
Administrativas	1.617.164	1.638.979	2.248.267	1.780.506	26%	-21%
Isenções obtidas	<b>1.103.734</b>	<b>1.321.890</b>	<b>1.249.663</b>	<b>1.290.788</b>	<b>17%</b>	<b>3%</b>
Inss (-)	896.006	975.670	1.043.409	1.044.363	14%	0%
Cofins (-)	207.728	239.575	206.255	217.671	3%	6%
CSLL (-)	0	106.645	0	28.754	0%	
<b>RESULTADOS FINANCEIROS LÍQUIDOS</b>	<b>118.555</b>	<b>141.322</b>	<b>195.124</b>	<b>72.779</b>	<b>2%</b>	<b>-63%</b>
Receita financeira	163.128	194.291	220.232	92.181	2%	-58%
Despesa financeira	50.574	52.969	25.106	19.402	1%	-23%
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>			<b>711.759</b>	<b>27.107</b>	<b>3%</b>	<b>-96%</b>
Ganho com venda de imobilizado			28.986	27.107	0%	-6%
Doações bens de terceiros			682.773	0	2%	-100%
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>-237.827</b>	<b>1.184.943</b>	<b>-283.235</b>	<b>319.490</b>	<b>3%</b>	<b>213%</b>
Déficit/Superávit do exercício	-237.827	1.184.943	-283.235	319.490	3%	213%

Fonte: Dados de pesquisa 2019

Por meio da Demonstração de Resultado (DR), é possível observar as diversas formas de arrecadação de receitas que a instituição possui, entre elas as



mais significativas são as “doações particulares e campanhas”, “projetos” e “doações de entidades de economia mista”, com representatividade de 41%, 23% e 12%.

Além disso, a representatividade média da conta “custos dos serviços” é de 76%, onde fica evidenciado que a maior parte dos custos são advindos da área social. O “superávit bruto” possui 24% de representatividade e as “despesas operacionais” somam 26% de representatividade média dentro do DR.

A análise horizontal evidencia um aumento de 82% na conta “convênio com entidades públicas” no quadriênio, proveniente da parceria com a prefeitura. Além disso, também é possível observar uma queda considerável nos “resultados financeiros líquidos” de 63%, no entanto, a instituição mantém um resultado financeiro positivo nos quatro anos pesquisados.

O quadro 24 mostra a análise vertical e horizontal do ativo do patrimonial.

Quadro 24: Balanço Patrimonial – Ativo

	<i>Descrição</i>	<i>2015</i>	<i>2016</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>	<i>AV% média</i>	<i>AV%</i>
<b>Ativo</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.978.278</b>	<b>4.044.040</b>	<b>3.830.345</b>	<b>3.818.122</b>	<b>41%</b>	<b>0%</b>
	<b>DISPONÍVEL</b>	<b>1.941.507</b>	<b>3.983.654</b>	<b>3.773.823</b>	<b>3.711.006</b>	<b>40%</b>	<b>-2%</b>
	<b>CAIXA</b>	<b>6.634</b>	<b>11.160</b>	<b>76.080</b>	<b>133.929</b>	<b>1%</b>	<b>76%</b>
	<b>BANCOS C/ MOVIMENTO</b>	<b>233.668</b>	<b>1.537.515</b>	<b>1.445.217</b>	<b>79.733</b>	<b>10%</b>	<b>-94%</b>
	Bancos c/ movimento	233.668	1.537.515	1.445.217	79.733	10%	-94%
	<b>APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA</b>	<b>1.701.205</b>	<b>2.434.979</b>	<b>2.252.525</b>	<b>3.497.345</b>	<b>30%</b>	<b>55%</b>
	Bancos c/ aplicações	1.701.205	2.434.979	2.252.525	3.497.345	30%	55%
	<b>VALORES A RECEBER</b>	-	-	<b>29.060</b>	<b>30.223</b>	<b>0%</b>	<b>4%</b>
	SENAI	-	-	29.060	30.223	0%	4%
	<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>28.250</b>	<b>48.590</b>	<b>10.238</b>	<b>58.944</b>	<b>0%</b>	<b>476%</b>
	Consórcio Volkswagen	-	-	-	28.790	25%	206%
	Consórcio BB	-	1.877	9.661	29.517	25%	206%
	Consórcio Juguas	28.250	46.433	-	-	0%	-
	INSS terceiros	-	280	280	280	25%	0%
	IRRF	-	-	50	50	25%	0%
	Adiantamento de fornecedor	-	-	91	151	25%	66%
	Pis/Cofins/CSLL	-	-	156	156	25%	0%
	<b>DESPESAS ANTECIPADAS</b>	<b>8.522</b>	<b>11.796</b>	<b>17.224</b>	<b>17.949</b>	<b>0%</b>	<b>4%</b>
	Premios de seguro a apropriar	8.522	11.796	17.224	17.949	0%	4%
	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>4.785.724</b>	<b>4.965.154</b>	<b>4.663.726</b>	<b>4.857.829</b>	<b>59%</b>	<b>4%</b>
	<b>INVESTIMENTO A LONGO PRAZO</b>	<b>3.000</b>	<b>6.000</b>	<b>9.000</b>	<b>9.687</b>	<b>0%</b>	<b>8%</b>
	Título cap. ouro BB	3.000	3.000	6.000	6.000	0%	0%
	Cotas Uniced	-	3.000	3.000	3.687	0%	23%
	<b>IMOBILIZADO</b>	<b>4.782.724</b>	<b>4.959.154</b>	<b>4.654.726</b>	<b>4.842.141</b>	<b>59%</b>	<b>4%</b>
	Edificações	2.944.325	2.944.326	4.821.440	4.821.440	47%	0%
	Máquinas, aparelhos e equipamentos	428.540	534.078	1.373.974	1.485.135	11%	8%
Móveis e utensílios	427.507	434.660	466.267	466.267	6%	0%	
Veículos	231.930	231.930	392.062	438.656	4%	12%	
Computadores e periféricos	149.330	168.330	179.927	196.553	2%	9%	
Aparelhos de telefone	11.263	11.263	11.581	11.581	0%	0%	
Máquinas de corte de costura	12.322	12.322	12.322	12.322	0%	0%	
Parque	23.835	23.835	23.835	23.835	0%	0%	
Aparelhos musicais	357.387	443.866	443.866	577.622	6%	30%	
Laboratórios de ciências	36.708	36.708	36.708	36.708	0%	0%	
<b>IMOBILIZADO EM ANDAMENTO</b>	<b>1.443.278</b>	<b>1.659.002</b>	-	<b>199.692</b>	<b>11%</b>	-	
Construções em andamento	1.443.278	1.659.002	-	199.692	11%	-	
<b>IMOBILIZADO DE TERCEIROS</b>	<b>682.773</b>	<b>682.773</b>	-	-	<b>4%</b>	-	
Máquinas, aparelhos e equipamentos	644.209	644.209	-	-	4%	-	
Móveis e utensílios	26.967	26.967	-	-	0%	-	
Computadores e periféricos	11.597	11.597	-	-	0%	-	
<b>DEPRECIÇÃO</b>	<b>(1.966.474)</b>	<b>(2.223.938)</b>	<b>(3.107.256)</b>	<b>(3.427.669)</b>	<b>-32%</b>	<b>10%</b>	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>6.764.002</b>	<b>9.009.194</b>	<b>8.494.071</b>	<b>8.669.951</b>	<b>100%</b>	<b>2%</b>	

Fonte: Dados de pesquisa 2019



A análise vertical do ativo patrimonial revela que as principais contas são “imobilizado” e “disponível” com representatividade média de 59% e 40%, respectivamente. A conta “imobilizado” com tamanha representatividade sugere que a instituição tenha um alto nível de imobilização do PL. A conta “disponível” está relacionada ao modelo de negócio que exige uma grande quantidade de recursos para manter suas necessidades imediatas com as atividades sociais (alimentação e transporte das crianças, por exemplo).

A análise horizontal aponta um significativo crescimento das contas “caixa” e “aplicações de liquidez imediata” com um aumento de 76% e 55%, respectivamente, na relação entre 2017 e 2018.

O quadro 25 evidencia a análise vertical e horizontal do passivo patrimonial da instituição Bairro da Juventude.

**Quadro 25: Balanço Patrimonial – Passivo**

	Descrição	2015	2016	2017	2018	AV% média	AH%
<b>Passivo</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>2.050.860</b>	<b>3.111.109</b>	<b>3.505.305</b>	<b>3.331.345</b>	<b>36%</b>	<b>-5%</b>
	<b>FORNECEDORES</b>	<b>155.953</b>	<b>160.560</b>	<b>146.602</b>	<b>44.510</b>	<b>2%</b>	<b>-70%</b>
	Fornecedores	146.976	149.673	127.877	37.783	1%	-70%
	Seguros a pagar	8.977	10.886	12.827	6.727	0%	-48%
	Consórcio Jugasa	-	-	5.898	-	0%	-100%
	<b>IMPOSTOS A RECOLHER</b>	<b>65.522</b>	<b>82.733</b>	<b>66.180</b>	<b>78.275</b>	<b>1%</b>	<b>18%</b>
	INSS a recolher - empregados	20.065	25.791	17.339	15.906	0%	-8%
	IR retido na fonte	38.157	49.459	47.843	61.868	1%	29%
	Pis/Cofins/CSLL (Lei 10833/03)	-	44	546	376	0%	-31%
	IRRF retido terceiros	-	-	172	109	0%	-37%
	ISS terceiros	-	-	281	17	0%	-94%
	Pis <i>st</i> folha	7.299	7.439	-	-	0%	-
	<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS</b>	<b>234.418</b>	<b>256.902</b>	<b>231.999</b>	<b>255.912</b>	<b>3%</b>	<b>10%</b>
	Salários	181.245	198.531	191.023	218.893	2%	15%
	Férias	22.346	26.816	18.120	5.103	0%	-72%
	Rescisões contratuais	2.271	258	-	344	0%	-
	FGTS	28.556	31.297	22.749	31.465	0%	38%
	Contribuição sindical	-	-	106	107	0%	1%
	<b>PROVISÕES</b>	<b>404.071</b>	<b>443.802</b>	<b>565.981</b>	<b>360.099</b>	<b>5%</b>	<b>-36%</b>
	Provisões <i>pl</i> férias	369.716	405.341	333.316	89.465	4%	-73%
	Provisões <i>pl</i> FGTS <i>st</i> férias	26.523	27.538	26.665	34.434	0%	29%
	Provisões <i>pl</i> contingências trabalhistas	-	-	206.000	236.200	1%	15%
	Provisões <i>Pis st</i> férias	7.832	10.923	-	-	0%	-
	<b>OBRIGAÇÕES DIVERSAS</b>	<b>2.123</b>	<b>1.418</b>	<b>2.006</b>	<b>256</b>	<b>0%</b>	<b>-87%</b>
	Pensão alimentícia	2.123	1.418	2.006	256	0%	-87%
	<b>OBRIGAÇÕES COM PROJETOS</b>	<b>1.188.773</b>	<b>2.165.694</b>	<b>2.492.537</b>	<b>2.592.293</b>	<b>25%</b>	<b>4%</b>
	Projeto ESPORTE E LAZER	1.044.331	1.542.092	1.741.560	1.466.691	17%	-16%
Projeto GERAÇÃO DE TALENTOS	144.442	623.528	750.977	1.125.602	8%	50%	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>682.773</b>	<b>682.773</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4%</b>	<b>-</b>	
<b>OBRIGAÇÕES DIVERSAS</b>	<b>682.773</b>	<b>682.773</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4%</b>	<b>-</b>	
Máquinas, aparelhos e equipamentos	644.209	644.209	-	-	4%	-	
Móveis e utensílios	26.967	26.967	-	-	0%	-	
Computadores e periféricos	11.597	11.597	-	-	0%	-	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>4.030.370</b>	<b>5.215.313</b>	<b>4.988.766</b>	<b>5.338.605</b>	<b>59%</b>	<b>7%</b>	
Patrimônio social	3.091.037	3.091.037	3.091.037	3.091.037	38%	0%	
Superavit/Deficit acumulado	1.177.160	939.333	2.180.964	1.897.730	19%	-13%	
Superavit/Deficit do exercício	(237.827)	1.184.943	(283.235)	349.839	0	-224%	
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>6.764.002</b>	<b>9.009.194</b>	<b>8.494.071</b>	<b>8.669.951</b>	<b>100%</b>	<b>2%</b>	

Fonte: Dados de pesquisa 2019

No passivo, as contas que obtiveram destaque foram as contas “patrimônio social”, “obrigações com projetos” e “superávit acumulado” que apresentaram uma representatividade média de 38%, 25% e 19%, respectivamente.



A representatividade da conta “obrigações com projetos” está relacionada principalmente aos recursos utilizados para a realização dos projetos sociais organizados pelo Bairro da Juventude, entre eles o projeto “esporte e lazer” e o projeto “geração de talentos”, os quais possuem representatividade média de 17% e 8%, respectivamente.

Com relação ao capital próprio, destaca-se a representatividade do patrimônio líquido (59%). Isso indica que a organização utiliza preferencialmente recursos próprios para o financiamento das operações. A conta de “patrimônio social” se manteve estática no ano de 2018, o que indica que os lucros do período estão contabilizados na conta “superávit acumulado”.





## 4.2 CÁLCULO DOS PRINCIPAIS INDICADORES

### 4.2.1 Indicadores de liquidez

De modo geral, a instituição apresentou um cenário positivo, pois os índices alcançaram, em sua maioria, resultado superior a 1,00 no período investigado. Isso indica que a organização possui condições financeiras para honrar seus compromissos com terceiros (ASSAF NETO, 2015).

O Quadro 26 apresenta os indicadores de liquidez da instituição.

Quadro 26: Liquidez

	INDICE	Uni	2015	2016	2017	2018	Evolução
Índices de Liquidez	Liquidez Corrente	R\$	0,96	1,30	1,09	1,15	
	Liquidez Seca	R\$	0,96	1,30	1,09	1,15	
	Liquidez Geral	R\$	0,72	1,07	1,10	1,15	
	Liquidez Imediata	R\$	0,95	1,28	1,08	1,11	

Fonte: Dados de pesquisa 2019

Por meio do índice de Liquidez Corrente (LC) é possível observar que a organização possui recursos suficientes para honrar suas dívidas de curto prazo (CAMLOFFSKI, 2014). Apesar do resultado insatisfatório no ano de 2015, o índice se manteve acima de 1,00 nos anos seguintes, isso demonstra solidez financeira de curto prazo.

É possível observar, por meio do Quadro 26, que o índice de Liquidez Seca (LS) é idêntico ao índice de LC. Isso se dá pelo fato da instituição não apresentar nenhum saldo na conta Estoque. Sendo assim, já que não é possível desconsiderar os estoques da equação, os resultados permanecem os mesmos, isto é, um resultado positivo de modo geral, demonstrando que a instituição possui recursos suficientes para honrar suas dívidas de curto prazo.

A Liquidez Geral (LG) demonstra que a organização possui recursos suficientes para honrar com suas dívidas de curto e longo prazo, demonstrando que a mesma possui recursos de sobra para financiar suas operações (ASSAF NETO, 2015).

Se observado isoladamente, o ano de 2015 apresentou resultados insatisfatórios, pois todos os índices de liquidez encontram-se abaixo de 1,00. No entanto, a partir do ano de 2016, a organização se manteve em um cenário



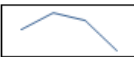
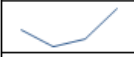
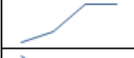
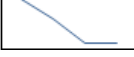


satisfatório, apesar das eventuais variações os índices se mantiveram acima de 1,00.

#### 4.2.2 Indicadores de endividamento

Por meio do Quadro 27 é possível observar os resultados encontrados referente ao endividamento da instituição:

Quadro 27: Endividamento

	INDICE	Uni	2015	2016	2017	2018	Evolução
Índices de Endividamento	Participação Capital de Terceiros	%	40,41%	42,11%	41,27%	38,42%	
	Garantias ao Capital de Terceiros	R\$	1,47	1,37	1,42	1,60	
	Composição Endividamento	%	75,02%	82,00%	100,00%	100,00%	
	Imobilização do PL	%	154,48%	126,90%	93,30%	94,44%	

Fonte: Dados de pesquisa 2019

O índice de Participação do Capital de Terceiros (PCT) aponta que a instituição possuía, no ano de 2015, 40,41% de recursos totais provenientes de terceiros. No ano seguinte este índice aumentou, chegando a 42,11%. No entanto, é possível observar uma relativa melhora no ano de 2018, quando o PCT caiu para 38,42%, diminuindo dessa forma, a dependência da instituição frente ao capital de terceiros.

O índice de Garantia ao Capital de Terceiros (GCT), aponta um cenário favorável, visto que em todos os anos pesquisados, a instituição apresentou recursos próprios suficientes para cobrir o capital de terceiros.

O índice de Composição de Endividamento (CEN) aponta que em 2015, 75,02% do capital de terceiros era a curto prazo, esse número aumentou para 82% em 2016. Nos anos de 2017 e 2018, o quociente aponta 100%, pois a instituição não apresentou passivo não circulante, sendo assim, todo o capital proveniente de terceiros era de curto prazo nos anos em questão.

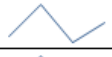




O índice de Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL) demonstra o quanto a organização imobilizou do seu Patrimônio Líquido. Os resultados encontrados não foram positivos, pois em todos os anos pesquisados, a instituição empregou totalmente o seu Patrimônio Líquido para financiar ativos permanentes (imobilizado), em alguns casos até mais, como no ano de 2015 onde a organização imobilizou 154% de seu PL.

#### 4.2.3 Indicadores de rentabilidade

Por meio do Quadro 28 é possível observar os resultados encontrados na pesquisa com o cálculo da rentabilidade da instituição:



Quadro 28: Rentabilidade

	INDICE	Uni	2015	2016	2017	2018	Evolução
Índices de Rentabilidade	Margem Bruta (MB)	R\$	0,19	0,39	0,15	0,28	
	Margem Operacional (MO)	R\$	0,19	0,34	0,15	0,28	
	Margem Líquida (ML)	R\$	0,02	0,02	0,03	0,01	
	Rentabilidade do Ativo (RA)	R\$	1,75	1,57	2,30	0,84	
	Rentabilidade do PL (RPL)	R\$	2,94	2,71	3,91	1,36	

Fonte: Dados de pesquisa 2019

Se analisadas de forma individual, a apuração das três margens (margem bruta, margem operacional e margem líquida) evidencia uma situação desfavorável para a instituição, visto que os resultados encontrados foram bem inferiores a 1,00. Isso se deve ao alto valor dos custos agregados aos projetos que a instituição se compromete a oferecer a sociedade.


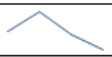

No entanto, o índice de Rentabilidade do Ativo (RA), que evidencia o quanto a instituição gerou de retorno para cada real investido no ativo, se mostrou muito positivo. No ano de 2017, o índice apontou que a instituição gerou R\$ 2,30 de lucro para cada real de ativo investido. Por meio disso, é possível concluir que a situação econômica se encontra estável (RIBEIRO, 2010).

Além disso, o índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL), também deixa claro que a situação econômica da instituição é sólida, visto que em todos os anos pesquisados a instituição alcançou resultados muito positivos, chegando a apresentar R\$ 3,91 de lucro líquido para cada real de capital próprio investido no ano de 2017 (PERONDI, 2007).

#### 4.2.4 Indicadores de eficiência

O Quadro 29 demonstra os resultados dos índices de eficiência:

Quadro 29: Eficiência

	INDICE	Uni	2015	2016	2017	2018	Evolução		
Índices de Eficiência	Prazo Médio do Recebimento das Vendas (PMRV)	dias	-	-	1,52	1,50			
	Prazo Médio do Pagamento das Compras (PMPC)	dias	15,96	27,80	14,16	4,48			
	Prazo Médio de Renovação de Estoques (PMRE)	dias	-	-	-	-			
	Ciclo Operacional	dias	-	15,96	-	27,80	-	12,64	2,98

Fonte: Dados de pesquisa 2019

Com relação ao índice de Prazo Médio do Recebimento das Vendas (PMRV), a organização raramente trabalha com recebimentos a prazo, visto que se trata de uma instituição que presta serviços sociais a comunidade em que se encontra inserida.

O Prazo Médio do Pagamento das Compras (PMPC) aponta para um resultado favorável no período de 2015 a 2017. No ano de 2018 o resultado foi insatisfatório devido principalmente à diminuição brusca da conta de “fornecedores”.



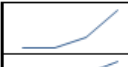

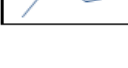
O índice de Prazo Médio de Renovação de Estoques (PMRE) não pôde ser encontrado devido a instituição não possuir estoques, visto que a mesma não necessita de estoques para manter sua operacionalidade.

O índice do Ciclo Operacional (CO) não representa com fidelidade a real situação da instituição, pois, assim como no PMRE, o fato da organização não trabalhar com estoques compromete o resultado. Devido a isso, é extremamente difícil apontar o valor correto.

#### 4.2.5 Indicadores de capital de giro

O Quadro 30 demonstra os resultados obtidos por meio do indicador de capital de giro:

Quadro 30: Capital de giro

	INDICE	Uni	2015	2016	2017	2018	Evolução
Capital de Giro	NCG - Necessidade de Capital de Giro - com base no Balanço	R\$	(155.953)	(160.560)	(117.542)	(14.287)	
	NCG - Necessidade de Capital de Giro - com base no Ciclo	R\$	(291.567)	(607.492)	(237.977)	(59.166)	
	Capital de Giro Líquido (CGL) ou Capital Circulante Líquido	R\$	(72.582)	932.932	325.040	486.777	

Fonte: Dados de pesquisa 2019

A Necessidade de Capital de Giro (NCG) reflete o montante de recursos mínimo necessário para garantir a operacionalidade da organização, sendo assim, quanto menor o valor, melhor.

Nesse contexto, a situação da instituição não pode ser identificada com precisão. Como citado acima, a organização raramente trabalha com recebimentos a prazo, o que torna a NCG com base no Balanço Patrimonial imparcial.

O mesmo acontece com o índice de NCG com base no Ciclo Operacional, pois sem um valor de estoque, a confiabilidade do quociente fica comprometida.

O índice de Capital de Giro Líquido (CGL) foi positivo nos anos investigados, evidenciando uma situação favorável de liquidez. Entretanto, no ano de 2015 a instituição apresentou um valor negativo, devido principalmente à conta de “obrigações com projetos”, encontrada no passivo circulante. No entanto, esse valor exorbitante se trata de uma captação de recursos. Isto é, esse valor é captado através de doações em um ano e lançado como uma obrigação de curto prazo, para no ano seguinte ser aplicado de fato (em projetos).

## 5 CONCLUSÃO

A análise das demonstrações contábeis por meio da utilização dos principais indicadores econômico-financeiros possibilita aos gestores compreenderem a real situação da instituição, auxiliando-os dessa forma na tomada das melhores decisões em relação à aplicação dos recursos da mesma. Desse modo, o objetivo geral da pesquisa foi analisar a situação econômico-financeira de uma organização do terceiro setor. A instituição objeto de estudo foi o Bairro da Juventude, o período analisado compreende os anos de 2015 a 2018.

Por meio da análise vertical do Demonstrativo de Resultado (DR), é possível identificar a grande variedade de receitas que a instituição possui. Na área



social, a receita arrecadada pela instituição chega a representar 95% do DR. Entre as formas de arrecadação estão doações, convênios, projetos, entre outras. Também é possível concluir por meio da análise horizontal que a arrecadação de receitas da instituição segue crescendo a cada ano.

A análise vertical do Balanço Patrimonial possibilitou identificar um alto nível de imobilização do PL, que pode ser desfavorável para a instituição caso a mesma necessite de um valor exorbitante de recursos de curto prazo. Por outro lado, a conta caixa e aplicações de liquidez imediata vêm evoluindo significativamente, com um aumento de 76% e 55%, respectivamente, na relação entre 2017 e 2018.

Com relação aos índices de rentabilidade, apesar da apuração das margens (bruta, operacional e líquida) apontarem para um cenário desfavorável, os indicadores de rentabilidade do ativo e do patrimônio líquido evidenciam que a instituição possui uma situação econômica sólida e estável.

Por meio dos resultados da pesquisa, foi possível constatar que o Bairro da Juventude apresenta uma situação de liquidez positiva de modo geral, evidenciando que a instituição possui capacidade de quitar suas dívidas de curto e longo prazo.

Quanto à situação de endividamento, os indicadores revelaram uma situação favorável, pois a instituição financia grande parte suas operações com recursos próprios. No entanto, é necessária atenção com relação a imobilização do PL que encontra-se elevado mas segue diminuindo.

Por se tratar de uma organização do terceiro setor, a Necessidade de Capital de Giro (NCG) é muito difícil de mensurar, por diversos motivos como, por exemplo, a não utilização de estoques. No entanto, o índice de Capital Circulante Líquido (CCL) foi positivo de um modo geral, evidenciando que o risco de insolvência da instituição é pequeno.

Diante dos resultados é possível concluir que a situação econômico-financeira da instituição Bairro da Juventude é satisfatória de um modo geral. No entanto, merece atenção em alguns aspectos como o alto grau de utilização de seu capital próprio em ativos de baixa liquidez (imobilizado) e conseqüentemente a descapitalização de recursos de curto prazo.

Como sugestão para futuras pesquisas indica-se: a) continuar a pesquisa em períodos futuros para verificar a evolução da situação econômico-financeira; e b) desenvolver estudos comparativos em outras instituições do terceiro setor.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias: um roteiro passo a passo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro de. **Terceiro setor: historia e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do capital de giro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **10520**: Informação e documentação: Citações em documentos apresentação. Rio de Janeiro: 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **6023**: Informação e documentação: Referências elaboração. Rio de Janeiro: 2002.

BEZ, Willian Warmling. **Análise de desempenho econômico-financeira de uma empresa do ramo de arroz localizada no Sul de Santa Catarina**. 2016. 72 f. Artigo (Bacharel em Ciências Contábeis). Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2016.

BLATT, A. **Análise de balanços**. São Paulo: Makron Books, 2001.

BRASIL. Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 – **Dispõe sobre as Sociedades por Ações**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm). Acesso em: 12 de outubro de 2018.

BRASIL. Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007 – **Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm). Acesso em: 12 de outubro de 2018.

BRASIL. Lei 11.941 de 27 de maio de 2009 – **0** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm)>. Acesso em: 12 de outubro de 2018.

CAMLOFFSKI, Rodrigo. **Análise de investimentos e viabilidade financeira das empresas**. São Paulo: Atlas, 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento técnico CPC 03 – demonstração de fluxos de caixa**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=34>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.



MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu et al. **Análise didática das demonstrações financeiras**. São Paulo: Atlas 2014.

PERONDI, Marioni. **O uso das Demonstrações Contábeis na Análise de Crédito de Pessoas Jurídicas**. 2007. 81 f. TCC (Graduação em Ciências Contábeis). GPA de Ciências Sociais Aplicadas – Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG, Várzea Grande – MT.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SILVA, Alexandre Alcântara. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações financeiras**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.